

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**REQUERIMENTO N° , DE 2019**  
**(Da Deputada NATÁLIA BONAVIDES)**

Requeiro, nos termos dos arts. 24, 32 e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação para debater o tema “Financiamento das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, com a presença dos seguintes convidados:

- Ricardo Vélez Rodríguez – Ministro da Educação;
- Reinaldo Centoducatte – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Institutos Federais de Ensino Superior (ANDIFES);
- Jerônimo Rodrigues da Silva – Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF);
- Nilton Brandão – Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES);
- Marianna Dias – Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE).

**JUSTIFICAÇÃO**

O Jornal Valor Econômico e a Revista Veja entrevistaram o ministro da Educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, e publicaram as entrevistas dias 28 de janeiro de 2019 e 01 de fevereiro de 2019.

Na entrevista ao Valor, Vélez Rodríguez defendeu que “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual” e que a “ideia de universidade para todos não existe”. De acordo com o jornal, não está em estudo a cobrança de mensalidades, mas o ministro ressaltou a importância de reequilibrar os orçamentos das universidades públicas e afirmou que busca um modelo parecido ao de países como a Alemanha, destacando ainda que o retorno financeiro dos cursos técnicos é maior e mais imediato do que o da graduação, de modo que uma política educacional voltada para a promoção do ensino técnico reduziria a procura por ensino superior.

Na entrevista à Revista Veja, Vélez Rodríguez voltou a defender que as universidades devem ser reservadas a uma suposta elite intelectual, ressaltando a necessidade de valorização do ensino fundamental e dos cursos profissionalizantes, e de uma solução para reequilibrar os orçamentos das universidades públicas.

Questionado se a cobrança de mensalidades nas universidades seria uma alternativa, o ministro respondeu:

“É uma possibilidade. Gosto do regime vigente na Colômbia. Lá, paga-se de acordo com a renda. Se você é rico paga mais, se é pobre recebe bolsa. Há outras questões importantes. A relação entre professor e aluno nas faculdades públicas, por exemplo, é de um para sete, um para oito. Tem de ser de um para vinte, daí para cima. E segundo: tem de haver Lei de Responsabilidade Fiscal para os reitores. Eles são habitantes deste belo país, também estão submetidos à lei. O CPF deles pode ser rastreado pelo juiz Sérgio Moro, por que não? Querem mais dinheirinho? Paguem as contas.”

Ou seja, Vélez Rodríguez assumiu que a privatização das universidades está no radar do Ministério da Educação e explicitou, em tom de ameaça, que o processo de criminalização dos gestores das universidades públicas, que conduziu Luiz Carlos Cancellier de Olivo, então reitor da UFSC, ao suicídio, será intensificado.

Diante da gravidade das declarações do Ministro da Educação, faz-se urgente e necessário que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados promova um debate qualificado sobre o financiamento das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a presença do próprio ministro Vélez Rodríguez e de entidades representativas dos reitores, docentes e estudantes.

**Sala da Comissão, em 19 de março de 2019**

---

**Deputada Natália Bonavides (PT-RN)**